

# ESQUERDAS, DIREITAS, CENTROS:

## REORDENAMENTO POLÍTICO EM MINAS GERAIS

### A PARTIR DO RESULTADO ELEITORAL DE 2020

Após a publicação do resultado eleitoral de 2020, multiplicaram-se, como é usual, as análises sobre as correlações de força na política nacional. Raramente, porém, se viu tamanha discordância na interpretação dos dados apurados nas urnas. É possível entrever certa uniformidade em relação às perguntas feitas, mas escassa convergência nas respostas.

Eis alguns dos pontos enfrentados por boa parte dos analistas: o presidente da República saiu pessoalmente derrotado ou se fortaleceu tendo em vista sua assumida intenção de se candidatar à reeleição em 2022? Como foi o desempenho dos partidos que compõem a base do governo federal? Aqui em Minas Gerais, deve-se atribuir vitória ou derrota ao governador Romeu Zema e a seu partido, o Novo?

A partir dos discursos de campanha ou das alianças feitas, há hoje maior clareza na definição dos termos direita, esquerda ou centro? Quais partidos passam a integrar cada um desses campos? Houve mobilidade nas fronteiras ideológicas entre esses distintos espectros políticos?

Direita e esquerda têm designado como “extremos” os seus adversários. Também aqueles que pretendem passar como “centro” tentam fortalecer sua posição dizendo-se contrários a toda forma de “extremismo”. Existem, contudo, forças políticas que possam ser assim classificadas no país hoje? Quais são elas e por que razão deveriam ser assim consideradas? Qual é a disputa que hoje se faz em tom acusatório empregando o adjetivo “extrema”?

Todas essas questões têm obtido respostas diferentes a depender das propensões (conceituais e/ou ideológicas) de quem está fazendo a análise. Mesmo reconhecendo a atual dificuldade de se tracejar com clareza a identidade de cada campo político, persiste outra pergunta a ser posta: qual é a força que cada um desses campos hoje existentes foi capaz de acumular ao final dessa última disputa eleitoral?

#### O Nesp nas eleições

Durante o período eleitoral, o Nesp ofereceu diversos serviços de informação e debate sobre conjuntura e formação política.

Duas séries de vídeos, *lives*, *hotsites* e diversos materiais estão disponíveis em nossos canais nas redes sociais e em nosso *site*:

[www.nesp.pucminas.br](http://www.nesp.pucminas.br)

Esta edição de *Contextus* se interessa pela análise e pela reflexão sobre esses temas na medida em que se entrecruzam com as especificidades da conjuntura municipal de Belo Horizonte. Nesse pleito, o candidato Alexandre Kalil (PSD) conseguiu recondução para um segundo mandato. Muito se diz sobre as razões da larga diferença que consagrou sua vitória. Mais ainda se especula sobre seu futuro político e sobre os desdobramentos de sua conquista para as já próximas eleições estadual e federal de 2022.

Na Câmara Municipal, composta por 41 vereadores, houve substituição de quase sessenta por cento. Apenas 17 componentes da legislatura anterior voltarão à Casa Legislativa no próximo ano. A imprensa celebra a suposta “renovação”. Esta não parece ser, no entanto, uma questão quantitativa, mas sim qualitativa que demanda uma análise mais minuciosa.

## OS CENTROS DE PODER EM CAMPANHA ELEITORAL

A atuação dos partidos nem sempre condiz com certa expectativa em relação aos campos direita, centro ou esquerda em que formalmente se situam. Por isso, o baixo consenso entre as análises dos resultados eleitorais deste ano tem sido associado à pouca clareza quanto às atuais fronteiras entre tais campos políticos.

Tem se formado uma espécie de área indefinida, abrigo de exceções ou se atendo a firulas para tentar acomodar cada legenda ao enquadramento que dela se esperava. Quando se veem, por exemplo, certas alianças feitas com intuito eleitoral entre partidos que rivalizam em sua atuação e em seus propósitos, constata-se a estranheza de interesses antagônicos que foram forçadamente reunidos.

Nem todas as forças, porém, assumem essa coloração cinza. Nos últimos anos, aumentaram também aquelas que advogam uma polarização mais contundente. A força de extrema direita emergente a partir das manifestações de 2013 foi ganhando corpo até sua concretização no governo federal. As posições desse segmento costumam facilitar o entendimento de sua identidade e a antevisão de seus propósitos. O emprego do termo “extrema” neste caso aparece justificado, porque são públicas e notórias as demandas desse setor pela extirpação de seus oponentes.

No entanto, o fato de que o caráter extremo desse segmento seja mais fácil de precisar não dispensa o empenho de um esforço maior, requerido para se compreender o comportamento daqueles outros campos que, mesmo tendo contribuído para a emergência do centro de poder extremo, estão se apartando dele por disputarem posições políticas concorrentes. Nem sempre é fácil distinguir esses dois campos, porque tais partidos que, agora, pretendem se apresentar como “centro” ainda comungam com a extrema direita certos objetivos táticos, como a redução de direitos econômicos e sociais ou certas pautas morais reacionárias.

Esse campo intermediário tem expressado o desejo de se apresentar como alternativa às condutas do atual governo federal, não obstante o fato de haver, em última instância, apoiado o reformismo às avessas, que vem retirando dos cidadãos parte de seus direitos. A experiência vem mostrando que o pertencimento de um partido a um campo pode oscilar e não parece produtiva a insistência em demarcações duras nesse quesito.

Se é correta essa maneira de ver, uma compreensão coerente das eleições deste ano passa a requerer a habilidade de compreender os campos políticos a partir do que efetivamente é dito e praticado por cada partido e seus agentes no cotidiano, à revelia daquilo que formalmente é apregoado.

Outro fato a ser observado em uma reflexão sobre estas eleições é que certas categorias de análise adotadas até 2016 tendem a não mais se mostrar suficientes. Durante anos havia sido possível compreender o mundo político como claramente dividido em dois. Dispunham-se o PT e o PSDB como opostos e as demais legendas orbitavam, com maior ou menor proximidade, em torno desses polos. Contrariamente a esse horizonte fixo, muitos estudiosos entendem que, nos últimos anos, deixou de existir essa relativa estabilidade, que havia persistido desde a década de 1990.

### Porque é na cidade que a gente vive

Uma série com oito vídeos constituiu a campanha “Porque é na cidade que a gente vive”, com o objetivo de estimular a reflexão e o debate durante a campanha eleitoral.

Difundidos pelas redes sociais do Nesp, os vídeos circularam em redes de WhatsApp. Também foram reproduzidos para difusão em rádio e ofertados à rede católica e a canais públicos de televisão.

ACESSE NOSSO CANAL NO YOUTUBE:  
[www.youtube.com/user/nespvideos](http://www.youtube.com/user/nespvideos)

As razões para isso não estão totalmente claras. Há, contudo, uma confluência de argumentos que citam a Operação Lava Jato, a efervescência nas redes sociais, o uso das tecnologias digitais para disseminar mentiras e desinformação, bem como uma crise mais estrutural da própria instituição democrática.

Esses, entre outros fatores, podem ter contribuído para o aparecimento de novas forças políticas que fizeram o estremecimento do desenho antes vigente. Outros acontecimentos da política nacional que já vão se tornando distantes no tempo, como as manifestações de 2013 e o *impeachment* em 2016 também costumam ser lembrados como parte desse processo.

Fato é que, nos últimos anos, emergiram atores novos que, no esquema anterior, dificilmente teriam tido chance de vitória expressiva em pleito eleitoral. Legendas menores, que contavam antes com escassa proporção de votos e ainda menor identidade ideológica, desestabilizaram o cenário bipolar já nas eleições de 2016. Em Belo Horizonte, o evento mais importante desse cenário foi a eleição de Alexandre Kalil, na época filiado ao PHS, um partido muito pequeno. Com efeito, o PHS acabou sendo

incorporado ao Podemos, engolido pela cláusula de barreiras que foi tornando menos viável a existência de partidos pouco representativos. Parte dos filiados do PHS se disseminaram em outras legendas, como é o caso do prefeito Alexandre Kalil que migrou para o PSD.

Na clareira que se abriu, por outro lado, com o encolhimento de partidos antes hegemônicos, algumas legendas, que já tinham longa trajetória na política nacional, também encontraram ocasião para mostrar protagonismo. Algumas delas conseguiram se fazer passar, junto ao eleitorado, como se fossem novidades ou legítimas portadoras de mudança.

Tal fenômeno se ampliou nas eleições estaduais e federal de 2018, com a eleição de um presidente da República por um desses partidos menores (o PSL). Em Minas Gerais, assistiu-se à vitória de um governador até então desconhecido na política por um partido que defende certas bandeiras que poderiam ser remontadas até o século XIX, mas que se apresenta como se fosse novidade histórica.

Esta foi a consagração final do discurso da “antipolítica”: a consolidação de candidatos que definiam a si mesmos como alheios à política e que deploravam os partidos, associando-os a toda sorte de crimes e ilegalidades. Os “antipolíticos” pretendiam dizer que – embora sendo candidatos – nada tinham a ver com a política. Desde então, a exemplo do que acontece no plano nacional, também em Belo Horizonte a movimentação identitária entre os partidos guarda estreita relação com o posicionamento das legendas frente ao governo Bolsonaro.

Nestas eleições, poucos partidos se mostraram abertamente alinhados ao presidente. O caráter beligerante de suas posições políticas frente às questões ambientais ou às relações internacionais; o fracasso do governo em dar resposta à altura da gravidade da pandemia; a reduzida habilidade demonstrada para enfrentar os problemas econômicos do país, sempre terceirizando a responsabilidade pelo desastre... São algumas das razões pelas quais se tornou bastante incômodo para um candidato dizer-se identificado com o presidente.

O mote “liberal na economia, conservador nos costumes” continuou a ser empregado, mas a exiguidade dos resultados que o governo federal mostrou após dois anos de mandato pode ter começado a desgastar esse chavão. Diante disso, foi possível pressentir certo mal-estar entre os candidatos identificados com o governo Bolsonaro. Não bastou aos candidatos bolsonaristas alardearem sua ligação com o presidente. A proximidade teve de ser explicada.

Viu-se com certa frequência os candidatos tentando demarcar certo distanciamento em relação ao presidente para não chamar para si as incômodas polêmicas características do governo federal. Esse foi um fenômeno constatado também em outras capitais do Sudeste e ficou claro não apenas nas candidaturas a prefeito, como também entre candidatos a vereador. A identidade com o presidente não se mostrou um trunfo eficaz.

No caso específico de Belo Horizonte, tal embaraço se mostrou, sobretudo, no que diz respeito à compreensão dos candidatos próximos à ideologia bolsonarista sobre o enfrentamento da pandemia de covid-19. Vale ressaltar que não se trata aqui de considerar exclusivamente os candidatos que oficialmente usaram o nome do presidente para se legitimar. Estão incluídos nesse campo aqueles candidatos cujos discursos guardam afinidades com o bolsonarismo, principalmente em suas percepções dos problemas econômicos. Embora suficientemente cuidadosos para não atraírem maiores desgastes e a consequente perda de votos, essa parte dos candidatos mal ocultava a polarização entre economia e vida subjacente em seu discurso.

Tampouco parece casual o fato de que esse espectro das candidaturas esteja vinculado a segmentos do empresariado local. Igualmente não deve ser coincidência que esse mesmo grupo de candidatos apareça vinculado ao discurso costumeiramente feito pelo governo Zema. O desempenho do governo mineiro acabou sendo uma questão menor, quase inexistente durante a campanha. Efetivamente, o candidato do Partido Novo, ao qual se filia também o governador, não teve um desempenho que atraísse para si e seu cabo eleitoral mais importante os holofotes da crítica.

Nada disso, porém, impede que se evidencie uma conexão entre o discurso dos candidatos que pretendiam encampar a defesa dos interesses de segmentos empresariais e a concepção bolsonarista sobre o papel do Estado em suas relações com a sociedade. Apontam para tal comunhão de ideias as notícias publicadas na mídia local sobre as articulações e até mesmo o alto investimento financeiro de órgãos representativos do setor empresarial contrários à reeleição de Kalil.

A política implementada pela Prefeitura de Belo Horizonte na contenção da atividade econômica nestes meses de pandemia criou descontentamentos na classe empresarial. Houve franco confronto político, com carreatas diante da prefeitura e campanhas publicitárias contrárias às restrições das atividades comerciais. A decisão de Kalil com vistas a garantir a suficiência da estrutura sanitária da cidade para o tratamento dos pacientes contaminados no auge da pandemia foi o estopim do conflito. Ao que parece, porém, a opinião pública aprovou o desempenho do governo Kalil na gestão dessa crise.

Até mesmo nos canais midiáticos tradicionais é possível entrever que o enfrentamento à pandemia se tornou uma questão determinante no processo eleitoral em Belo Horizonte. Pode ilustrar esse fato,

## As Lives do Nesp nas eleições

### ANÁLISE DO PRIMEIRO TURNO

por Carlos Lindenberg (jornalista e analista político) e Robson Sávio (coordenador do Nesp)

### ORGANIZAÇÃO:

Nesp

Coletivo de Fé e Política na Arquidiocese de Belo Horizonte

Setor Social e Político (Rense)

### ACESSE EM NOSSO CANAL NO YOUTUBE:

<https://cutt.ly/shIVKUX>

uma das análises publicadas pelo jornal **Estado de Minas** (16 nov. 2020) em que se lê: “Kalil vence em todas as zonas eleitorais de BH, mas tem percentual abaixo da média na ‘Classe A’”.

Nas zonas eleitorais destacadas pela referida matéria, o prefeito reeleito ainda obteve maioria, mas alcançou ali menos da metade dos votos. O candidato Bruno Engler (PRTB), com apoio declarado do presidente Bolsonaro (sem partido), teve nessas regiões o seu melhor desempenho, seguido por Áurea Carolina (PSOL) e Rodrigo Paiva, sendo este último o candidato do partido do governador Romeu Zema (Novo).

É quase um consenso afirmar que o desempenho de Alexandre Kalil diante da crise causada pela pandemia goze de ampla aprovação da população. Ao que parece, contudo, não necessariamente essa constatação descreve a percepção do segmento empresarial ou das classes média e alta da Capital.

A votação obtida pelo candidato Bruno Engler (PRTB) vem sendo considerada a expressão do tamanho do chamado “bolsonarismo” em Belo Horizonte. Apesar da sua efetiva derrota, foi o candidato mais bem colocado dentre todos aqueles que encampavam o discurso à direita do leque político, tendo ficado em segundo lugar. Com 9,95% dos votos, Engler conseguiu um resultado melhor do que aquele que lhe fora atribuído pelas pesquisas eleitorais publicadas na cidade antes da votação.

Já se disse aqui que, entre os poucos consensos apontados por analistas políticos sobre estas eleições, prevalece a constatação de que os partidos antes mais influentes na política nacional perderam espaço para outros, com identidade mais fluida. Por outro lado, há grande desacordo ao se analisar o desempenho dos campos de direita, centro e esquerda. Isso parece resultar do fato de que os dados indicam uma certa manutenção de quadro que já se formara antes da eleição. Podem-se apontar ganhos a serem celebrados e perdas a serem lamentadas em todos os campos.

Evidentemente, há muitas oscilações e indefinições que geram toda sorte de divergência quando se trata de classificar um e outro partidos como de esquerda, de direita ou de centro. Poder-se-ia optar pelo tratamento mais usual que reúne na esquerda PT, PSOL, PSTU, PC do B e PCO. Um pouco mais problemática é uma outra linha de raciocínio que acrescenta a esse mesmo grupo o PDT e o PSB. Boa parte das avaliações publicadas na mídia após a eleição acabou por aproximar aquilo que, na prática, parece pouco comparável.

A despeito dessas complicações, muitas análises insistem em falar de uma diminuição da esquerda, baseando-se para isso em perdas objetivas que, principalmente, o Partido dos Trabalhadores teria sofrido. Um número citado com frequência é a redução do número de prefeituras conquistadas pelo PT em 2020 aqui em Minas Gerais. Foram 26 no primeiro turno e duas outras conquistadas em segundo turno. Quatro anos antes, haviam sido 72; e, nas eleições de 2012, eram 113.

Apesar das perdas, o PT chama a atenção para o fato de ser o partido com mais candidatos disputando o segundo turno, argumento usado para supor certa proeminência que a legenda gozaria junto ao eleitorado. De fato, a eleição de Marília Campos em Contagem (juntamente com a vitória em Juiz de Fora) melhora um pouco o posicionamento da legenda no estado, na medida em que 8,59% da população mineira será governada por petistas. Nesse quesito, ele se torna o terceiro maior partido, atrás do PSD (21%) e do DEM (8,93%).

Vale lembrar que apenas as maiores cidades fazem eleição em dois turnos e fazia parte da estratégia do PT concentrar esforços nesses grandes centros urbanos. Das quinze prefeituras disputadas pelo partido no segundo turno, acabou elegendo apenas quatro. Não venceu em nenhuma capital de estado.

Cada partido tem se agarrado aos números um tanto quanto ambíguos, que resultaram desta eleição de 2020, para destacar aspectos positivos que lhes interessam. Por sua vez, objetivamente o PSDB se reduziu a menos de dois por cento do eleitorado na Capital mineira, no entanto a legenda ressalta o número de prefeituras conquistadas no estado, mantendo-se como o segundo partido com mais prefeituras em Minas Gerais. Foram 89 prefeituras e mais a vitória em Governador Valadares obtida no segundo turno. O partido é também o terceiro na lista dos que conseguiram eleger mais vereadores em Minas. Se esses números apontam um bom posicionamento, é forçoso constatar, por outro lado, que houve perdas significativas em comparação com os resultados obtidos por esse partido no pleito de 2016.

DEM e PSD tiveram o melhor desempenho em Minas Gerais. O primeiro deles conquistou mais de oitenta prefeituras, incluindo, aqui na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a vitória em Ribeirão das Neves sem passar pelo segundo turno. O PSD aumentou de 55 para 78 o número de prefeituras sob seu controle aqui no estado, incluindo a reeleição de Kalil em Belo Horizonte e de Vittorio Mediolini em Betim.

Ao lado desses partidos, pode ser incluído, entre aqueles que obtiveram melhora em seu posicionamento, o Avante que, em 2016 (ainda como PT do B) conquistara cinco prefeituras e agora passou a governar cinquenta. Também o PP que, não obstante seu envolvimento nas denúncias da Operação Lava Jato (mais até do que o PT), teve um crescimento de 55 para 65 prefeituras e mais a prefeitura de Uberaba, conquistada em segundo turno.

Desde a redemocratização, esta é a primeira vez que, em Minas Gerais, nenhum partido político ultrapassou o limiar de cem municípios. O maior deles ainda é o MDB que vai governar 97 cidades aqui no estado. Esse partido amarga, contudo, uma perda, pois havia eleito 163 prefeitos no pleito de 2016. Assistiu-se à pulverização desse poder entre vários outros partidos médios ou pequenos, como sugerem os números apresentados.

Tem havido na mídia uma tentativa de separar em meio ao centrão e ao bolsonarismo alguns partidos, supondo-os como uma espécie de direita liberal. Tais legendas teriam mostrado comprometimento

com o reformismo econômico (as reformas trabalhista, previdenciária, tributária etc.) que, nos últimos anos, vêm operando um desmonte do aparato estatal de proteção social e a diminuição do poder regulatório do Estado.

Esse lugar político seria ocupado hoje por partidos ditos “tradicionais” da política nacional. São eles o PSDB, o DEM e o MDB. Embora tais legendas venham fazendo um grande esforço para se apresentarem como partidos de “centro”, nos últimos anos eles têm sido responsáveis por garantir o reformismo

neoliberal em vários campos. Tiveram ganhos políticos, mas amargaram também muitas perdas com a chegada da extrema direita ao poder em âmbito nacional.

Outros partidos têm um comportamento pendular. Têm práticas que poderiam colocá-los junto ao centrão, mas compartilham interesses e apresentam condutas que os aproximam da direita liberal. Não há consenso ao classificá-los em qualquer dos grupos. Por isso, ora figuram como partidos de centro, ora como de direita.

### Hotsite exclusivo sobre as eleições

#### PARCERIAS

Conselho Nacional de Leigos e Leigas do Brasil – CNLB

Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP

Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara

Nesp

#### ACESSE O HOTSITE:

[www.eleicoes2020.cnlb.org.br](http://www.eleicoes2020.cnlb.org.br)

O grupo restante seria então constituído por mais de duas dezenas de outras legendas menores. São frequentemente arrolados entre os apoiadores do bolsonarismo. Outras vezes têm sido postos na vala comum, acusados de toda sorte de fisiologismo, isto é, como praticantes de negociatas, numa espécie de uso do poder pelo poder, sem qualquer projeto político que não a manutenção do *status quo* e a obtenção para si de vantagens pessoais e políticas.

É difícil dizer se essa análise que separa a esquerda, o (discutível) centro e a extrema direita é acurada. Na contramão, os discursos que pudessem ser considerados de “extrema esquerda” têm se mostrado absolutamente minoritários. Fazendo um apelo às armas, coincidiriam com um bolsonarismo às avessas. São tão episódicos que a maioria dos estudiosos tratam o fenômeno como desprezível e mal o mencionam em suas análises.

Todavia, outro caminho vem sendo experimentado na discussão da conjuntura atual. Relativizando a importância das noções clássicas de direita, centro e esquerda, alguns analistas têm tentado demonstrar a existência de apenas dois blocos, sendo um constituído por partidos defensores do regime democrático e outros que então penderiam para o autoritarismo e teriam em Jair Bolsonaro (sem partido) o seu vértice.

Não há consenso nos juízos que se fazem a respeito desta última perspectiva. Alguns a acusam de criar uma causa genérica de defesa da democracia ignorando a disputa que existe entre uma miríade



de grupos diversos no cenário político. De qualquer forma, essa perspectiva tem dominado principalmente entre aqueles que acusam a esquerda de não ter sido capaz de se organizar, renunciando a suas disputas internas, para fazer frente ao extremismo de direita. Nem sempre tem sido dada visibilidade, nesse raciocínio, ao fato de que tampouco no bloco da direita existe unicidade.

## A CONTABILIDADE DOS VOTOS NA CAPITAL

Algumas análises eleitorais tem se apressado em declarar o fim antecipado tanto do PT como do PSDB, legendas que durante anos polarizaram em Belo Horizonte. Não se pode, por óbvio, negar que ambos os partidos ainda estejam passando por um mal momento. Há dados que sugerem o caráter um tanto quanto apressado que embasa tal hipótese. No caso da disputa pelo Poder Executivo em Belo Horizonte, constata-se que o resultado eleitoral de 2020 pelo bloco partidário da esquerda, em comparação com aquele obtido pelos partidos desse segmento, no pleito anterior em 2016, não parece ter sido, por exemplo, tão arrasador como tem aparecido em tais análises.

PT, PSOL e PSTU lançaram separadamente, em 2016, seus candidatos a prefeito e alcançaram, somados, 11,82% dos votos válidos. Em 2020, foram cinco os candidatos desse mesmo campo (PT, PSOL, PSTU, PC do B e PCO). Todos eles juntos obtiveram 10,49% dos votos válidos. Trata-se de uma diferença de 1,33% a menos nesta eleição.

Não há dúvidas de que se trata de uma diminuição importante, em números absolutos, nos votos que esses candidatos conseguiram angariar. No entanto, não parece suficientemente significativo para decretar uma crise do campo.

O ano de 2016 é frequentemente considerado o momento mais crítico do Partido dos Trabalhadores, assediado então pela Operação Lava Jato. No entanto, há razões para afirmar que a queda do campo da esquerda, em 2020, só não foi mais fragorosa por causa do aumento de participação do PSOL no saldo de votos obtidos pelo setor. A candidata Áurea Carolina teve mais de cem mil votos, conquistando apoio de 8,33% do eleitorado belo-horizontino. Foi como se o PSOL tivesse substituído em grande parte o PT na concentração dos votos dessa parte do eleitorado na Capital.

Não é possível ir mais longe nessa comparação, pois, nos demais campos, existe uma identidade de grupo bem menos permanente. Por exemplo, o MDB (que vem sendo colocado predominantemente pela imprensa no campo de uma direita liberal) teve candidatura própria em 2016, mas, nesta última eleição coligou-se com Kalil alojado em um partido visto com frequência no campo do centrão.

Situações como essa aqui descrita impossibilitam analisar o desempenho dos demais blocos apenas pela somatória dos votos obtidos. Mesmo o PDT e o PSB, partidos por vezes apresentados como da esquerda, oscilam de tal forma em sua atuação e em seu discurso que não soa razoável atribuir-lhes

uma identidade fixa, pois seus posicionamentos são inteiramente dependentes das circunstâncias. Essa é a razão pela qual, nos cálculos aqui apresentados, suprimiu-se do bloco o PDT, cuja classificação no espectro é bastante polêmica.

Pelas razões já mencionadas, que apontam a mobilidade de forças políticas de um mesmo partido transitando de um campo a outro, não é razoável inferir uma queda acentuada do PSDB, supondo apenas a diferença entre os 33,4% dos votos obtidos para prefeito em 2016 e o número comparativamente ínfimo de 1,39% que auferiu agora em 2020, considerando-se em ambos os casos apenas o primeiro turno eleitoral.

O decréscimo do PSDB, tomado de maneira isolada, não reflete a migração desse campo para outras aglutinações políticas. No máximo pode indicar que novos arranjos de forças estão em andamento. Forças antes ligadas a essa legenda estão hoje dentro do PSD e da prefeitura de Kalil. Tanto mais ainda se encontram alojadas no governo Zema do Partido Novo.

## CONTINGÊNCIAS DA REELEIÇÃO DE KALIL

A recondução do prefeito Alexandre Kalil (PSD) para um segundo mandato, com expressivos 63,36% dos votos válidos, vem sendo atribuída à boa avaliação que majoritariamente os moradores de Belo Horizonte fazem de sua administração. Outros analistas consideram ter tido papel relevante a espontaneidade das respostas e atitudes do prefeito, comportamentos que o vinculam com o eleitor e lhe atraem simpatia. O fato é que o governo municipal enfrentou, em 2020, situações críticas em que precisou demonstrar grandes habilidades políticas e operacionais. Trata-se das chuvas no mês de janeiro e, pouco depois, as duras decisões requeridas pelo enfrentamento da pandemia.

Outro fator, bem mais pragmático, que vem sendo apontado como decisivo para a vitória é a aliança que se formou em apoio ao prefeito. Além de seu partido, o PSD, constituirão o segundo governo também o MDB, DC, PP, PV, Rede, Avante e PDT. Certamente a coligação, de forma isolada, não é explicação suficiente para a vitória alcançada por Kalil. O candidato que aparecia em segundo lugar em diversas pesquisas, João Vitor Xavier (Cidadania), também disputou a eleição com uma aliança ampla, composta por nove partidos. Isso, contudo, não o impediu de terminar a corrida eleitoral em terceiro lugar, com 9,22% dos votos.

Tamanho da coligação, tempo de rádio e televisão, influência de figuras proeminentes nos partidos são aspectos que costumam compor qualquer análise de conjuntura eleitoral. Parece cedo dizer que tais elementos tenham perdido importância. Contudo há que se constatar que outros fatores passaram a influenciar o resultado de uma campanha, ainda mais em um cenário francamente determinado por uma pandemia e com um período tão curto para a apresentação de propostas, como se deu em 2020. Outras circunstâncias já foram ponderadas nas seções precedentes deste texto, mas não dispensam

de se mencionar aqui o papel preponderante que as redes sociais passaram a desempenhar como espaço de campanha eleitoral.

A dianteira que Kalil manteve durante todo o processo eleitoral se deve, porém, adicionalmente a outras características de sua atuação pessoal e política. Embora tenha sido eleito na onda da chamada antipolítica de 2016, Kalil tem se destacado pela sua capacidade de juntar os apoios necessários para a realização de seu governo. Isso tem lhe valido duras e frequentes críticas de seus oponentes que o acusam de ser excessivamente “político” em contradição com suas afirmações públicas que, no passado, recusavam tal identidade. Em declaração recente, o prefeito afirmou que esse foi um erro já superado por sua nova compreensão da atividade política.

Contudo, as críticas vêm também do outro lado. Declarações oriundas da esquerda reconhecem as habilidades de negociação demonstradas pelo prefeito, mas, ao mesmo tempo, o censuram por supostamente não ter feito as rupturas necessárias com as práticas clientelistas de vereadores e outros grupos que fazem uso do poder público com propósitos eleitoreiros. Em resposta a isso, Kalil tem dito que não negocia apoio em troca de cargos, mas com o compromisso de atender as demandas de obras apresentadas pelos vereadores. Em tal caso, resta não problematizado esse atravessamento do Poder Executivo pelo tráfico de influências praticado por vereadores.

Desse ponto de vista, o governo Kalil teria se limitado a substituir o loteamento de cargos por outras formas que permitem igualmente aos vereadores fazerem um uso populista das realizações do Executivo. Nesta campanha, houve vereadores candidatos à reeleição que apregoavam como realizações suas tarefas ordinárias da Prefeitura, como o asfaltamento ou recapeamento de ruas, a instalação de quebra-molas ou de semáforos e outros serviços afins. Isso não é novo e, menos ainda, exclusividade do governo Kalil. Tais fatos, no entanto, ilustram a manutenção de uma certa forma de se fazer política que era francamente deplorada no discurso da antipolítica.

## CENÁRIO PÓS-ELEITORAL EM BELO HORIZONTE

Como já dito, é senso comum constatar que uma coligação ampla pode se tornar uma vantagem competitiva importante: amplia o tempo de televisão e rádio durante a campanha, incrementa o acesso ao fundo público eleitoral e, potencialmente, aumenta a capilaridade necessária para falar diretamente ao eleitor. No entanto, quanto maior a aliança, mais numerosos são também os interesses a serem posteriormente acomodados na composição do novo governo.

Desse ponto de vista, pode-se antever um certo perfil de governo comprometido com questões hoje caras ao espectro mais conservador e, até certo ponto, identificado com o reacionarismo que caracteriza o governo federal. O próprio PSD, partido ao qual o prefeito está filiado, e outras legendas como

DC, PP e Avante estão na base de sustentação do presidente Jair Bolsonaro e têm demonstrado práticas que permitem reuni-los ao centrão. No final de novembro, inclusive, o senador Carlos Viana (PSD), tornou-se vice-líder do governo Bolsonaro no Senado.

O termo “centrão” designa partidos que mostram pouco comprometimento ideológico. Prestam-se a compor a base de qualquer governo. Dão sinais de importar-lhes mais o benefício auferido da máquina pública pelo fato de estarem na gestão do que o comprometimento com um projeto específico de nação ou outros valores mais substantivos. Mesmo o MDB – que se destaca por sua presença em quase todo o território nacional, por seu caráter histórico durante e após a ditadura, bem como por sua representatividade política – se confunde com os demais nesse quesito.

Em análises publicadas na imprensa, eventualmente tem sido lembrado que até mesmo grupos antes vinculados ao PSDB estão associados à base de sustentação do governo Kalil. Isso ocorre porque, entre outros fatores, o senador Antonio Anastasia, eleito pelo PSDB, encontra-se hoje filiado ao PSD. A mudança de legenda pode ser tratada como uma mudança cosmética: eventualmente, traz pouca ou nenhuma implicação sobre as ideias que um político e seu entorno sustentam.

Haveria, portanto, grande diversidade de interesses orbitando o novo governo municipal, sendo muitos deles identificados com um mesmo espectro ideológico que defende a diminuição do Estado, mesmo que isso implique a desfiguração de direitos trabalhistas, securitários e outros. Evidentemente, não pertence à esfera municipal essa pauta mais ampla. Ela é decidida no âmbito federal com ocasionais implicações estaduais. O posicionamento diante de tais questões, porém, acaba revelando a maneira mais geral como se entende o Estado e seu papel em relação à sociedade e acaba tendo implicações também na esfera local.

### **Clipping de notícias todos os dias em seu celular**

O Nesp mantém a distribuição diária de um *clipping*, com notícias selecionadas para apresentar um rápido resumo dos principais temas da política nacional. O material será enviado para seu *WhatsApp*. Para se inscrever, basta informar-nos o número de seu celular.

**SOLICITE SUA INSCRIÇÃO POR E-MAIL:**  
nesppucminas@gmail.com  
(endereço a ser usado durante a pandemia)

Há suficientes razões para esperar que o novo governo continue mantendo sua atenção às políticas sociais no município, tal como se fez no primeiro mandato. O prefeito reeleito já anunciou a manutenção de seu secretariado. Isso tem sido interpretado como um sinal de que, no segundo governo, ele possa continuar sendo

capaz de – a despeito de seu arco de alianças – manter diálogo com outros setores da sociedade, inclusive aqueles organizados em partidos e movimentos mais à esquerda.

A atenção dada pelo governo municipal a segmentos mais vulneráveis garantiu a Kalil, no primeiro mandato e até mesmo na campanha eleitoral, uma interlocução considerada boa por parte dos movimentos sociais. Nem sempre tal relação foi pacífica, mas bem menos tensa do que foi visto, por exemplo, durante o governo de Marcio Lacerda, na época filiado ao PSB e atualmente sem partido.

## AS RELAÇÕES DO SEGUNDO GOVERNO KALIL COM A CÂMARA DE VEREADORES

Outro aspecto significativo da conjuntura pós-eleitoral é a relação do Poder Executivo com a Câmara Municipal. A legislatura que agora se encerra não parece ter deixado muitas marcas positivas. Nos últimos quatro anos, mais de uma vez, as suspeitas de corrupção, as acusações de envolvimento de vereadores com o crime organizado e as cassações de mandatos (ameaçadas ou efetivadas) arrastaram o Legislativo municipal para as páginas policiais.

Além disso, assistiu-se à polarização da Casa diante de projetos de caráter puramente ideológico, atrelados a convicções religiosas fundamentalistas e ineficazes do ponto de vista dos potenciais resultados para a cidade. De acordo com o jornal **O Tempo** (2 set. 2020), metade dos projetos aprovados pelos parlamentares tiveram como objetivo definir nomes de ruas e criar datas comemorativas.

A celebrada “renovação” da Câmara Municipal com a chegada de 24 novos vereadores tende a não solucionar esse problema. A escolha de um vereador pelos eleitores é frequentemente associada à prestação de serviços sociais, às relações pessoais e ao compadrio praticados por candidatos. A preparação técnica e a densidade ideológica tendem a ser exceção entre os pleiteantes do cargo.

Não é raro que um eleito chegue à Câmara com desconhecimento completo sobre o funcionamento do Poder Legislativo e ignorando até mesmo o papel a ser desempenhado por um parlamentar. Entrevistas com vereadores recém-eleitos, publicadas em fontes diversas nos últimos dias, já permitem intuir que o quadro pode não diferir muito disso nos próximos anos.

No que diz respeito à repartição do poder dentro da Câmara Municipal, destaca-se o fato de que o partido do prefeito Alexandre Kalil experimentou drástica redução: o PSD tinha treze vereadores e passará a contar apenas seis em 2021. Em se considerando os parlamentares dos partidos que estiveram na coligação que reelegeu Kalil, chega-se ao número de dezoito vereadores que, em tese, deverão atuar favoravelmente ao governo. Esse número representa 44% do Legislativo.

A formação de uma maioria passa a depender, portanto, de negociações posteriores. Em certo sentido, porém, a situação atual é ligeiramente melhor do que aquela que Kalil enfrentou em seu primeiro governo. Atualmente, os partidos aliados ao prefeito compõem uma bancada de dezesseis vereadores. Eram, portanto, dois parlamentares a menos em comparação ao quadro que se formou para 2021.

Do ponto de vista da correlação de forças dentro da Câmara, o quadro é, para fins práticos, bastante estável na passagem de um mandato para outro. Entre os partidos que vêm sendo apresentados na imprensa como um bloco de esquerda, PSOL e PT continuam com dois vereadores cada um. PSB e PC do B tinham um vereador por partido e perderam representação na Casa, mas o PDT elegeu três vereadores.

Esse cálculo sobre a suposta bancada de esquerda tem sido frequente entre os analistas na mídia. No entanto, resta o problema de se incluir o PDT nesta categoria de esquerda, considerando que essa legenda faz parte da coligação que reelegeu Alexandre Kalil, o qual recusa terminantemente tal classificação. Na eventualidade desse partido aderir a uma pauta de interesses à esquerda, poder-se-á dizer que esse bloco melhorou sua posição. Tal avaliação seguirá carente de confirmação até que os vereadores do PDT se mostrem em serviço.

O fenômeno da pulverização do poder, disseminado entre uma infinidade de legendas se tornou ainda mais acentuado na Câmara Municipal de Belo Horizonte nestas eleições. Aumentou o número de partidos que conseguiram eleger pelo menos um vereador na capital. Na atual legislatura, são dezenove partidos presentes na Casa; a partir do próximo ano, serão 23. Tal fragmentação deve exigir do Poder Executivo ainda maior habilidade na negociação com vistas a formar uma maioria, procedimento que por vezes precisa ser reformado a cada projeto enviado ao Legislativo.

Kalil transformou a negociação fragmentada com os vereadores em um modo de governo. Esse assunto já foi problematizado acima, mas vale acrescentar que se, por um lado, isso pode ter implicado uma maior liberdade do prefeito para compor sua equipe com menor loteamento da máquina pública, pode ter se consagrado, em contrapartida, o clientelismo e a prática do chamado “curral eleitoral”. Descreve-se com esta última expressão o comportamento de vereadores que demarcam certos bairros ou regiões da cidade como seu domínio ou zona de influência.

Trata-se da frequente confusão de papéis, em razão da qual o vereador se comporta como uma espécie de “despachante” ou um intermediário entre o cidadão e a prefeitura. Como já dito, tendo feito a mediação de pequenos serviços (instalação de quebra-molas, poda de árvores, asfaltamento de ruas etc.), o vereador apresenta como sua realização essas tarefas ordinárias prestadas por órgãos e secretarias do Poder Executivo. Obviamente, o vereador espera colher a fidelidade dos supostos beneficiários de sua ação em forma de voto nas próximas eleições. A expressiva maior parte dos vereadores eleitos pertencem a partidos políticos que tratam como natural esse tipo de prática clientelista.

## **GÊNERO E RAÇA NA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

As questões identitárias parecem ter conquistado uma parte dos eleitores. Aumentou a presença de mulheres na Câmara. No momento são apenas quatro vereadoras e passarão a ser onze no ano que

vem. Apesar do notável aumento, elas serão apenas 26,83% da casa, bem abaixo da composição feminina na população de Belo Horizonte. A diversidade de gênero se fez representar também pela eleição de uma mulher trans e de homossexuais, sejam eles identificados ou não com essa pauta.

Embora não se possa cravar uma relação de causalidade direta, há que se considerar que diversas iniciativas podem ter contribuído para o fenômeno de diversificação da Câmara. Em muitas cidades do território nacional se verificou fenômeno semelhante. A reserva de trinta por cento do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e inúmeras ações da sociedade civil pelo direito das mulheres podem ser aventados como intervenções políticas potencialmente associáveis a esse resultado.

No que diz respeito à questão étnico-racial, houve um aumento no número de vereadores que se declararam negros ou pardos, mas a representação segue sendo desproporcional aos números da população da Capital e está abaixo da média nacional. De acordo com o IBGE, pretos e pardos são maioria tanto em Minas Gerais (53,5%) como no país (56,2%). Tal proporção segue distante na distribuição das vagas na Câmara Municipal.

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, neste ano, o rateio dos recursos do Fundo Eleitoral e do tempo de propaganda deveria observar proporcionalidade entre grupos raciais em cada partido. A decisão veio apenas em 3 de outubro e, portanto, não está clara a relação dessa medida com o resultado eleitoral. Naquele momento, já havia terminado o prazo para as convenções partidárias e as chapas já estavam definidas.

A uma semana da realização do primeiro turno, a maioria dos partidos políticos estava descumprindo as regras eleitorais, no que diz respeito à destinação de recursos para mulheres e negros. As candidatas tinham direito a trinta por cento do Fundo Eleitoral repassado a cada partido. No que diz respeito à questão racial, de acordo com a lei, o rateio deveria ser feito proporcionalmente. As informações, com dados do TSE, constam em matéria publicada no **G1** e apontam que, até 9 de novembro, 22 dos 32 partidos haviam repassado às candidatas menos recursos do que o devido.

No que diz respeito à diversidade sexual, já se deu destaque pouco acima à eleição de Duda Salabert, mulher trans com votação recorde suficiente para possibilitar a condução de outros dois vereadores do PDT. Estima-se que ela tenha atraído parte do eleitorado de esquerda, desejoso de ver uma mulher trans representada na Câmara. A maneira como ela atuará identificada com essa causa ainda está por se mostrar.

## BELO HORIZONTE, CONTAGEM E BETIM: O CENÁRIO PARA A ELEIÇÃO DE 2022

Eleições municipais têm especificidades e pressionam o processo decisório do eleitor de maneira diversa do que se vê nas eleições para governador e, principalmente, para presidente da República. As demandas são diversas e, no segundo caso, valores morais, religiosos e outras questões simbólicas tendem a ter maior peso. Escolhas ideológicas e pragmáticas do eleitor no município não costumam se repetir nos planos estadual e federal.

No entanto, não são eventos totalmente separados e um pleito eleitoral costuma conter indicativos de tendências para o próximo. A eleição municipal já permite, com alguma nitidez, perceber a movimentação das forças políticas rumo ao próximo pleito.

Parece pouco contrastável a constatação de que o PSD saiu muito fortalecido desta eleição em Minas Gerais. Não apenas pelos elementos já apontados ao longo deste texto, mas também pelo fato de que sua vitória em Betim, Belo Horizonte e Santa Luzia, em primeiro turno e com expressivas votações, aumenta a legitimidade de Alexandre Kalil para disputar o governo do estado. Ao todo, serão 4,5 milhões de mineiros em cidades governadas pelo PSD. Além disso, dois senadores mineiros pertencem ao partido.

A vitória do PT em Contagem não se soma diretamente a esse campo. No entanto, até o momento não apareceu no cenário um nome da esquerda em condições de desafiar o governador em seu propósito

### **Vídeos de formação política**

O Nesp produziu mais uma série de quatro vídeos informativos, nos quais se discutem o papel dos poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário), além de outros temas de formação e informação sobre o período eleitoral.

ACESSE O CANAL DO NESP NO YOUTUBE:  
[www.youtube.com/user/nespvideos](http://www.youtube.com/user/nespvideos)

de buscar a reeleição. Com as informações hoje disponíveis – e permanecendo constante todo o mais –, pode-se dizer que, em uma eventual situação em que o cenário se polarizasse entre Zema e Kalil, seria mais provável que os partidos de esquerda pendessem para o apoio a Kalil, ainda que isso viesse a ocorrer apenas em um eventual segundo turno.

O governador Romeu Zema e seu partido não apresentaram um desempenho capaz de fortalecê-los para a disputa. Não conquistaram nenhuma prefeitura e se limitaram a eleger quatro vereadores, sendo três na Capital e um em Poços de Caldas. Parece sair reforçada aquela tese segundo a qual a vitória de Zema em 2018 teria sido resultado de uma conjunção de fatores que lhe permitiu incorporar a imagem de uma terceira via, não identificada com a política tradicional.



Em busca da reeleição em 2022, a situação de Zema será muito diferente daquela encontrada em 2018. Como governador, terá de responder pelos resultados apresentados em seu governo. Terá também de defender as medidas impopulares que adotou, além de explicar os resultados alcançados por suas propostas eleitorais de caráter antipolítico.

Ao longo dos dois anos de Zema no governo, as propostas de que ele fez maior uso eleitoral (abrir mão de salário, deixar de usar aeronaves, recusar-se a morar no palácio do governo e outras medidas) mostraram resultados que costumam ser apontados por especialistas como irrisórios e fruto do desconhecimento que o então candidato tinha sobre a própria máquina que ele intencionava governar.

Seja como for, há fortes indicativos de que Zema pode disputar a reeleição com o benefício de estar no controle da máquina pública estadual. Evidentemente, isso por si só não basta: estar no governo não foi suficiente para a reeleição de Fernando Pimentel (PT) há apenas dois anos atrás. Tampouco é razoável, porém, desconsiderar os benefícios decorrentes dessa posição ocupada pelo governador.

Além disso, a emergência de Zema e do próprio Partido Novo esteve entrelaçada com o crescimento do voto de protesto contra a política tradicional e outros fatores que levaram o pêndulo da política à direita extrema. Os números da eleição de 2020 indicam que talvez esse mesmo pêndulo possa ter começado o movimento de retorno em direção ao centro. Resta incógnito se e até que ponto ele haverá de continuar se deslocando no horizonte político nessa mesma direção.

Seja como for, Alexandre Kalil já começou a se movimentar logo após sua vitória, ao estender a mão àquele que pode vir a ser o grupo capaz de lhe opor maior resistência. Seu discurso dirigido à CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas) e à FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) foi de pacificação e de união. Tal gesto pode ser significativo para fortalecer esse arco virtuoso para o prefeito e seus correligionários, na medida em que pavimenta seu caminho para o Palácio da Liberdade.

Já há, no entanto, quem arrisque dizer que o PSD está em condições de pleitear voos ainda mais altos e participar de uma coalização de centro-direita na disputa pela Presidência da República. Por enquanto, parece cedo fazer tal prognóstico. Foi Kalil mesmo a externar seu interesse pela disputa, durante uma entrevista ao programa Roda Vida, na TV Cultura (30 nov. 2020): “se eles quiserem me carregar [para a Presidência da República], é claro que eu vou. Hoje sou o prefeito de Belo Horizonte. Agora: se eu for carregado para lá, muito obrigado.”

Tendem a ser muitos os empecilhos no caminho, tanto em direção à Presidência como ao governo estadual. No primeiro caso, são diversos os nomes que já se apresentam como possíveis candidatos, provenientes de São Paulo, do Nordeste e do Rio de Janeiro, com potencial para se reeditarem disputas regionais históricas.

Tampouco aqui em Minas se espera uma disputa fácil. Existem muitos outros grupos interessados em conquistar o governo estadual. Destaca-se o caso do senador Rodrigo Pacheco (DEM). A derrota do candidato João Vitor Xavier (Cidadania) pode redundar em certo prejuízo para o senador, na medida em que foi articulador importante da coligação que apoiou esse candidato que acabou em terceiro lugar. No entanto, o DEM, partido ao qual Rodrigo Pacheco é filiado, teve bons resultados nesta eleição, como já citado acima. De qualquer forma, essa corrida já começou.

## CRÉDITOS

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

### Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: [www.nesp.pucminas.br](http://www.nesp.pucminas.br) | E-mail: [nesp@pucminas.br](mailto:nesp@pucminas.br) | Telefone: 3319-4978

A PUC Minas está operando em Regime Letivo Remoto e as atividades presenciais estão se mantendo de forma reduzida. Nesse período, a comunicação com o Nesp deverá ser feita pelo e-mail: [nesppucminas@gmail.com](mailto:nesppucminas@gmail.com)

### Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim  
Claudemir Francisco Alves  
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASP  
José Zanetti Gonçalves - RENSE

### Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim  
Claudemir Francisco Alves  
Robson Sávio Reis Souza

### Redator

Claudemir Francisco Alves